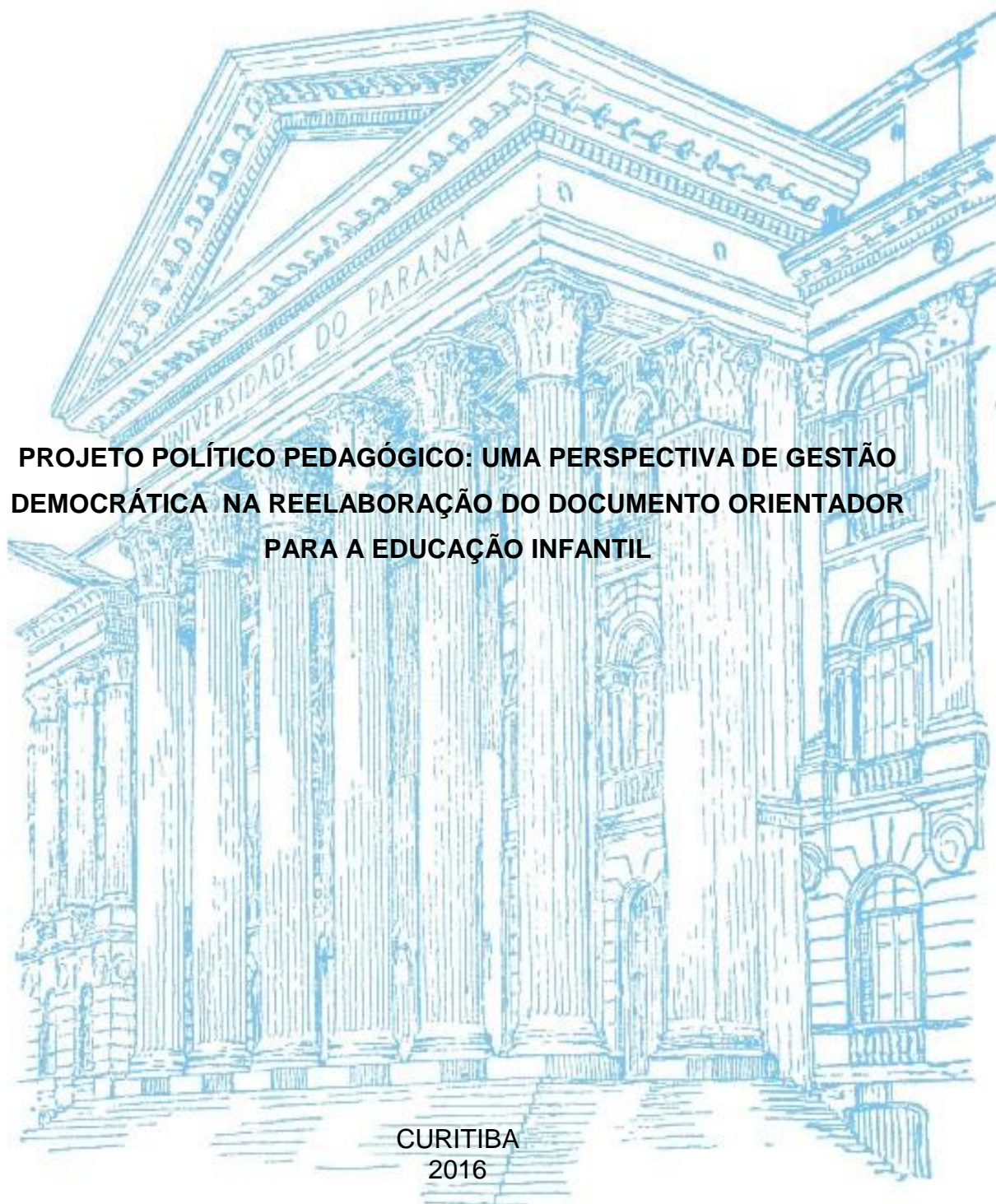


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

VALQUÍRIA DA SILVA SANTOS CORRÊA

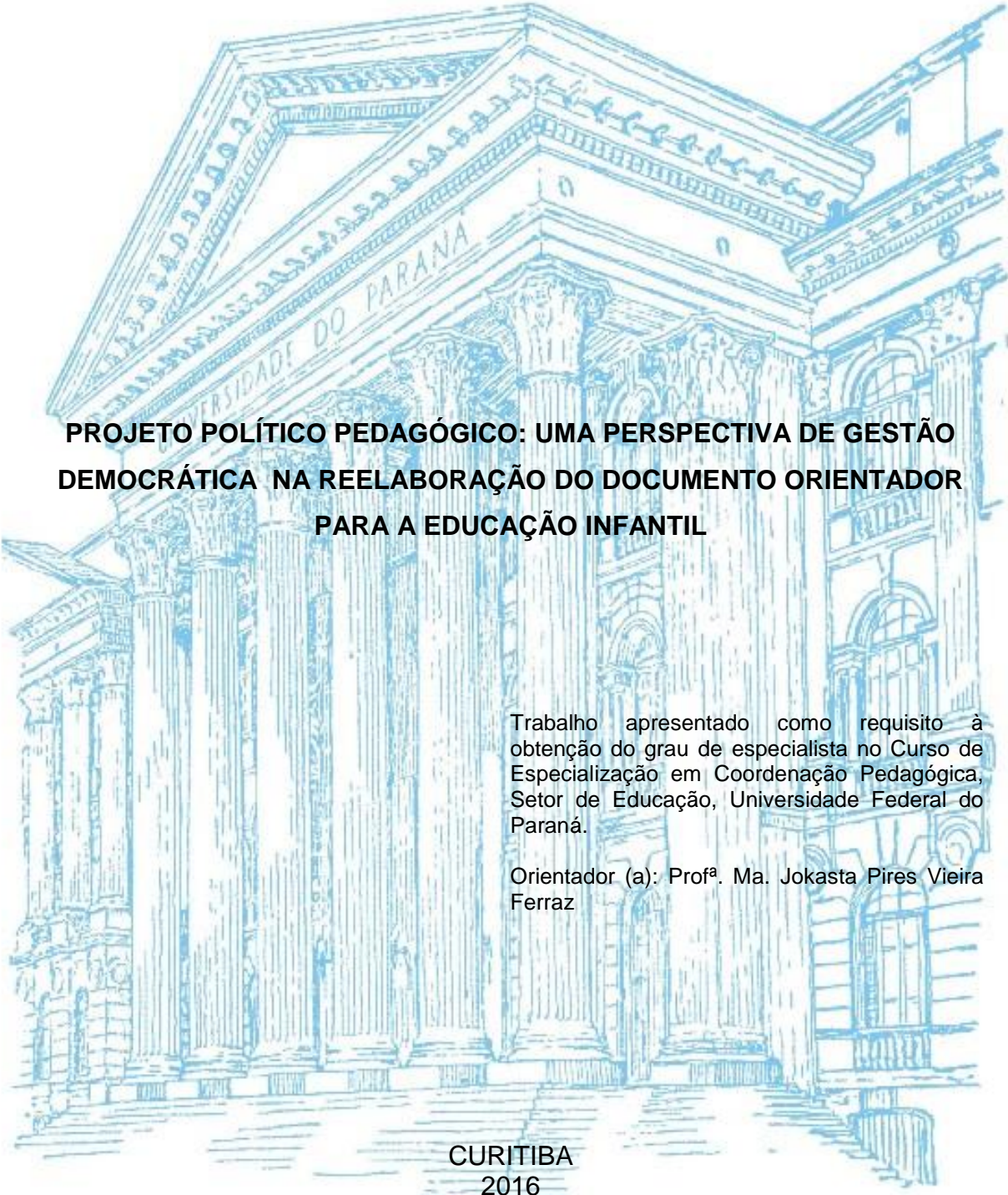


**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA PERSPECTIVA DE GESTÃO
DEMOCRÁTICA NA REELABORAÇÃO DO DOCUMENTO ORIENTADOR
PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

VALQUÍRIA DA SILVA SANTOS CORRÊA



**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA PERSPECTIVA DE GESTÃO
DEMOCRÁTICA NA REELABORAÇÃO DO DOCUMENTO ORIENTADOR
PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Prof^a. Ma. Jokasta Pires Vieira Ferraz

CURITIBA
2016

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA PERSPECTIVA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REELABORAÇÃO DO DOCUMENTO ORIENTADOR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Valquíria da Silva Santos Corrêa*

RESUMO

O Projeto Político Pedagógico tem o papel de orientar a organização escolar nos aspectos estruturais, administrativos, espaciais, humanos e pedagógicos. O presente artigo visa discorrer sobre a importância da elaboração e ou reelaboração do documento para a Educação Infantil, em uma perspectiva de gestão democrática. A temática oportunizou estudos, pesquisas e observações quanto à construção coletiva do documento, do mesmo modo que buscou responder aos questionamentos frente a sua importância e a relevância da formação continuada dos professores para a sua efetivação. Destacamos que é primordial o entendimento da gestão democrática com vista à participação dos alunos, pais, e de toda comunidade na elaboração do Projeto Político Pedagógico. Para tanto, a concretização do estudo de cunho bibliográfico e de caso se ampara nas elaborações de autores como Gadotti (1994) Kramer (2012) Libâneo (2001) Nóvoa (2002) Oliveira (2003), Veiga (2002), dentre outros que abordam a temática e as observações realizadas em um CMEI do interior do Paraná. O trabalho apresenta-se organizado em três momentos: Inicialmente pela revisão de literatura, discorrendo acerca dos aspectos retratados por autores com relação à temática, enfatizando o Projeto Político Pedagógico, a gestão democrática e a formação continuada. Na sequência a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho, finalizando com as considerações finais, em uma reflexão sobre as pesquisas, os estudos realizados e a possibilidade de retomada do tema. Esperamos que as reflexões apresentadas nos estudos possam contribuir para a ampliação das discussões acerca do documento como orientador na Educação Infantil.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico; Gestão Democrática; Educação Infantil.

*Artigo produzido pela aluna Valquíria da Silva Santos Corrêa do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Ma. Jokasta Ferraz. E-mail:valquiriasscorrea@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil como direito subjetivo e social amparado na Constituição Federal de 1988 (art. 208, IV; art. 7 XXV) e na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (art. 4, II), deixou de ser um espaço assistencialista, voltado para as mães que precisavam de um local para deixar seus filhos durante o momento de trabalho, passando a ser considerada como espaço de aprendizagem e desenvolvimento das capacidades humanas, do respeito às especificidades da criança e da promoção da cidadania.

Na Educação Infantil é proporcionado a criança o cuidado e a educação, duas ações que não podem ser dissociadas. Do mesmo modo, tende a propiciar as condições psicológicas necessárias para os avanços nos estudos posteriores.

O interesse em realizar a pesquisa se manifestou por meio da inquietação provocada quanto à organização administrativa, estrutural, humana, pedagógica e do espaço escolar na Educação Infantil, considerando à elaboração e ou reelaboração do Projeto Político Pedagógico como documento orientador. As observações na instituição infantil e os estudos realizados durante o curso de Coordenação Pedagógica perpetuaram a motivação por consolidar estudos quanto à temática, pois nas vivências realizadas na instituição discutimos questões concernentes à organização escolar e a essencialidade de reelaboração de um documento orientador.

Cabe ressaltar, que mesmo diante das conquistas alcançadas e dos avanços educativos nas instituições infantis, ainda estão presentes concepções assistencialistas. Na perspectiva, entendemos que a Educação Infantil é uma construção histórica e social advinda de lutas e manifestações, mas que ainda busca relevância na sociedade.

Diante desse processo de construção entre o assistencialismo e o educacional, ocorreram discussões sobre quais profissionais deveriam atuar nessa etapa da educação. Consideramos que o profissional adequado para atuar com a criança, que integre as ações de cuidar e educar, que oportunize um espaço acolhedor, que respeite as especificidades de cada uma possibilitando a percepção do mundo e de si, certamente deve ser aquele com formação, sendo capaz de acompanhar as transformações ocorridas no

contexto da Educação Infantil. No entanto, para acompanhar as mudanças não é suficiente a formação inicial, mas também a continuada, sendo necessário ao educador o aperfeiçoamento constante, buscando a qualificação, o estudo e a reflexão sobre sua prática pedagógica.

Para tanto, justifica-se a importância da reelaboração do Projeto Político Pedagógico, pois se constitui um documento importante para a Educação Infantil no tocante a formação humana. Sendo norteador das práticas docentes, contribui para o desenvolvimento pleno das crianças nos seus aspectos físicos, psicológicos, emocionais, afetivos, intelectuais e sociais.

Com uma construção coletiva e contínua, deve ter os pressupostos de igualdade¹, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério, tendo em sua estrutura a organização da escola, a autonomia de seus agentes, a gestão democrática, o currículo, o desenvolvimento da criança, a formação docente, a avaliação institucional e da aprendizagem.

No contexto, buscamos por meio da pesquisa e do estudo apresentar a necessidade de reelaboração do Projeto Político Pedagógico como documento orientador para a Educação Infantil, em uma perspectiva democrática. Pensamos a instituição infantil como espaço educativo, de identidade própria, de construção da aprendizagem, necessitando da participação de todos, pais, alunos, professores, diretores, coordenadores e demais funcionários.

Em nossa pesquisa e estudos consideramos as elaborações de autores como Gadotti (1994) Kramer (2012) Libâneo (2001) Nóvoa (2002) Oliveira (2003), Veiga (2002), dentre outros que abordam a temática e as observações realizadas em um CMEI² do interior do Paraná. A organização do trabalho apresenta-se em três momentos: Inicialmente pela revisão de literatura, percorrendo acerca dos aspectos retratados por autores com relação à temática, enfatizando o Projeto Político Pedagógico, a gestão democrática e a

¹ VEIGA, Ilma Passos A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola. Campinas. Papirus, 1995. p. 6.

² O Centro Municipal de Educação Infantil é uma instituição mantida pela prefeitura do município, atendendo 189 crianças de 4 meses a 5 anos em período parcial e integral. O atendimento ocorre por 12:00h diárias, com início às 06:00h e término às 18:00h para as crianças de período integral e das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h para as crianças e período parcial. A instituição possui 10 salas, sendo 2 construídas recentemente por conta da obrigatoriedade da matrícula das crianças de 4 e 5 anos, 2 refeitórios, 7 banheiros para os alunos, 1 banheiro para professores e funcionários, 1 cozinha, 1 lavanderia, 1 brinquedoteca, 1 sala de vídeo, 1 secretaria, 1 sala para professores e 1 sala para direção.

formação continuada. Na sequência a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho, finalizando com as considerações finais, em uma reflexão sobre as pesquisas, os estudos realizados e a possibilidade de retomada do tema.

2. REVISÃO DE LITERATURA: FUNDAMENTAÇÃO DA PESQUISA

Consideramos para início das discussões a reflexão sobre o conceito de Projeto Político Pedagógico. Lopes (2011) enfatiza que é projeto por reunir propostas de ações concretas a serem executadas durante um período de tempo, é político por considerar a escola espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, os quais atuarão na sociedade provocando mudanças e é pedagógico por definir e organizar as atividades e os projetos educativos fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem.

Para realização da pesquisa nos fundamentamos em estudos concretizados por autores quanto à importância do Projeto Político Pedagógico e nas observações efetivadas na instituição de Educação Infantil. Na premissa de que o documento é condutor do trabalho escolar, guiado por leis e diretrizes que mediam as decisões e ações administrativas, pedagógicas e do espaço escolar.

Entendemos o Projeto Político Pedagógico como documento fundamental de consulta, de orientações das ações e de tomadas de decisões. Postulamos que no documento deverão estar contidos o referencial teórico que norteia o trabalho pedagógico, as leis e diretrizes que orientam o processo educativo, a estrutura e organização do espaço escolar, os anseios e expectativas de alunos, pais, gestores, professores, funcionários e da comunidade escolar. Veiga afirma que:

O Projeto Político Pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. Não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como provado cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 2002, p. 12-13).

Como princípio orientador, sendo a identidade da instituição, trará explícita a identificação da escola, os rumos que a conduzirão, os profissionais que atuarão e a formação que será oportunizada aos seus alunos. Para tanto, não pode se resumir aos procedimentos administrativos como um documento acabado, mas vivenciado constantemente na busca por novas organizações.

A autora ainda pontua:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade [...]. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. É pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas para cumprir seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 1995, 13).

O Projeto Político Pedagógico orienta a prática escolar, devendo ser caracterizado por uma elaboração coletiva, transformadora da realidade, em acordo com as expectativas da comunidade escolar, tendo como compromisso uma educação de qualidade que vise à formação plena do educando. Na análise de Libâneo (2001, p. 223) a organização escolar busca relações solidárias e participativas, mas também valoriza o processo organizacional, o planejamento, a gestão, a direção, a avaliação e as responsabilidades individuais de cada membro da equipe, na busca por atender os objetivos sociais e políticos em relação à escolarização.

Na perspectiva, o Projeto Político Pedagógico, precisa ser entendido em um processo contínuo, de possibilidades, de busca de respostas às perguntas sobre qual educação se quer, o cidadão que se deseja formar e para qual sociedade (GADOTTI, 1994, p. 42). Tendo em vista o caminho para a construção da identidade da escola, nas concretizações futuras, no início e nas possibilidades de finalizações das ações educativas, nas transformações e mudanças significativas para o contexto educacional.

Nóvoa (2002, p. 60) pontua que a mudança educacional depende dos professores e sua formação, assim como as transformações das práticas

pedagógicas³. Para tanto, compreendemos que o conhecimento do educador não se institui finalizado na formação inicial, mas que se perpetua por meio da formação continuada. A formação inicial é uma preparação necessária que compete ao professor que deseja desenvolver atividades em uma determinada instituição, contudo as propostas de formação contínua dos professores devem partir da própria instituição, propiciando a aquisição de novos conhecimentos, o desenvolvimento das capacidades pessoais e profissionais, com vista à qualidade do ensino.

Corroborando com o pensamento, seguimos com Nóvoa (2002, p. 63) que afirma:

Um dos eixos estratégicos mais importantes é o apoio a práticas de formação continuada que estimulem a apropriação pelos professores, a nível individual e coletivo, dos seus próprios processos de formação. A troca de experiências e a partilha de saberes consolidam redes de formação mútua, nas quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente o papel de formador e formando.

Para o professor atuar é preciso ter conhecimentos que possam orientar a formação humana, sendo, em primeira instância os adquiridos na formação inicial e em segunda na continuada. Entendemos que na escola, tanto uma formação como a outra devem ser respaldadas por meio do Projeto Político Pedagógico, pois a profissão de professor requer um processo de aprendizagem contínua que oportunize o exercício da função.

O Projeto Político Pedagógico expressa a intencionalidade da escola, seja referente a mudanças ou a passividade. Gadotti (1994, p. 57) ressalta:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade e buscar nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação do possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p.57).

³ Concordamos que uma parcela das transformações educacionais depende do professor e de sua formação, todavia, consideramos que as mudanças somente ocorrem em ação conjunta com todos os envolvidos no processo educativo.

Compreendemos a relevância da construção do Projeto Político Pedagógico como documento que oriente as ações educativas e que proporcione a retomada e ou constituição de novas ações. No entanto, consideramos que é fundamental que sua importância seja compreendida de modo coletivo em uma perspectiva de gestão democrática.

Retomando Gadotti (2002, p. 2), a gestão democrática da escola é uma exigência do seu Projeto Político Pedagógico, que demanda uma mudança de mentalidade de toda a comunidade escolar. Portanto, a democracia na escola se perpetua por meio desse documento orientador, como forma de garantir a participação de todos nas decisões escolares.

A LDB destaca no art. 14 que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (LDB,1996).

A participação na elaboração do Projeto Político Pedagógico busca viabilizar a gestão democrática, a qual se fundamenta no diálogo, nas decisões coletivas, na autonomia e na valorização da comunidade escolar. A qualidade do ensino de uma escola depende da postura que se toma frente às ações educativas que se pretende realizar. Para tanto, a construção coletiva propicia as discussões dos problemas e possibilita soluções.

Em suma, o Projeto Político pedagógico pode favorecer a organização institucional nos aspectos estruturais, humanos e pedagógicos. Do mesmo modo, o documento permite a gestão democrática participativa e formação continuada do educador, assegurando a qualidade do ensino dos educandos.

A gestão democrática constitui em grande desafio, no tocante a descentralização do poder, seja nas esferas administrativas, financeiras ou pedagógicas. Temos conhecimento que a gestão não é responsabilidade exclusiva de uma pessoa, do mesmo modo, que não pode ser entendida como exercício de um, mas na participação de todos. Todavia, a gestão democrática muitas das vezes é considerada na escolha da direção da escola, não sendo associadas as demais ações. Esquece-se que a eleição para a direção é

realizada em um momento específico, não traduzindo a amplitude da gestão democrática.

[...] numa gestão democrática, a direção é escolhida a partir do reconhecimento da **competência** e da **liderança** de alguém capaz de executar um projeto coletivo. A escola, nesse caso, escolhe primeiro um projeto e depois essa pessoa que pode executá-lo. Assim realizada, a eleição de um diretor ou de uma diretora se dá a partir da escolha de um projeto político-pedagógico para a escola. Portanto, ao se eleger um diretor de escola, o que se está elegendo é um projeto para a escola (GADOTTI, 2002, p. 2).

Compreender a gestão democrática nas discussões do Projeto Político Pedagógico da escola, como prática de organização, orientação e viabilização das ações seria muito mais relevante que uma eleição, que centraliza muito mais uma posição política do que educacional. No entanto, consideramos que efetivar a gestão democrática não é tarefa fácil, é indispensável que seus agentes conheçam as leis que regem o sistema educacional e que assimilem a necessidade de um projeto que busque a transformação social (DOURADO, 2003).

A participação nas discussões de um projeto para escola significa entender a instituição como espaço democrático, de decisões coletivas, tanto das relações pedagógicas, quanto as administrativas, financeiras e humanas. Tal entendimento se estabelece por meio da formação continuada dos professores, a qual deve ter como objetivo compartilhar e adquirir experiências e avaliar a prática pedagógica, com vista a uma educação de qualidade. Todavia a formação continuada além de necessária é um direito.

A formação é necessária não apenas para aprimorar a ação do profissional ou melhorar a prática pedagógica. A formação é direito de todos os professores, é conquista e direito da população, por uma escola pública de qualidade. Podem os processos de formação desencadear mudanças? Sim, se as práticas concretas feitas nas creches, pré-escolas e escolas e aquilo que sobre elas falam seus profissionais forem o ponto de partida para as mudanças que se pretende implementar (KRAMER, 2005, p. 224).

Mediante o exposto, defendemos que a não importância conferida ao Projeto Político Pedagógico está na formação, principalmente a continuada, pois, mesmo que em formação inicial seja enfatizada a relevância de um documento orientador e a participação de todos em sua concretização é

primordial a perpetuação dessa prática para que não venha com o tempo a ser desconsiderada e conseqüentemente esquecida.

3. METODOLOGIA E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES COLETADAS

A elaboração ou mesmo a reelaboração do Projeto Político Pedagógico tem que ser planejada, sendo necessário a princípio, conhecer a realidade escolar, seus integrantes, assim como toda a comunidade em que está inserida. Em segunda instancia é preciso realizar um diagnóstico da instituição e definir uma equipe responsável pela atividade, a qual não poderá ser desvinculada da escola, pois o documento tratará da identidade escolar. Veiga (1996, p.15) destaca que para construir o Projeto Político não é preciso convencer os professores, a equipe escolar e demais funcionários a trabalhar mais ou até mesmo mobilizá-los, mas propiciar situações que permitam a aprender, pensar e a realizar o fazer pedagógico de modo coerente.

Para tanto, buscamos conhecer o documento que já havia sido elaborado na instituição desde o ano de 2006, pois embora construído haja tempo, permanência arquivado na sala da direção, sem o conhecimento dos professores, quer dos demais funcionários, contrariando os estudos e orientações de autores mencionados anteriormente nesse artigo. Ao realizarmos a leitura e o estudo do documento, pudemos constatar que de certa forma aparentava uma adequada estrutura organizacional, no entanto, não havia definida uma fundamentação teórica, a maior parte do documento seria entendida como plágio, ora faltava referencias, ora fazia-se referencias não apresentadas no texto. Parte do documento apresentava orientações de como deveria ser realizado o trabalho na Educação Infantil, porém não relatava se estava sendo efetivado.

Com a análise do documento, procuramos conhecer o pensamento dos professores e demais funcionários sobre o Projeto Político Pedagógico, para tanto, realizamos a princípio uma pesquisa com um questionário, realizado com a direção, coordenação, professores os profissionais de apoio nos serviços gerais, com objetivo de avaliar o conhecimento que tinham sobre o PPP. O questionário continha uma listagem de perguntas que, após, respondido foram

discutidas em uma conversa individual. As perguntas eram as seguintes: O que é Projeto Político Pedagógico? Qual a sua importância para o trabalho na Educação Infantil? É necessário conhecer o documento e realizar a sua reformulação constantemente? Para a sua elaboração ou reelaboração é preciso à participação de todos, professores, funcionários, alunos, pais, e comunidade? É importante a formação continuada para os professores?

As respostas dos professores, direção e coordenação foram quase idênticas, todos ressaltaram a importância do documento para o desenvolvimento do trabalho na instituição, a necessidade do conhecimento do documento e de sua constante reformulação, porém alegaram não conhecer devido à restrição do acesso ao documento por parte das administrações anteriores e enfatizaram a relevância da participação de todos na elaboração, no entanto, não deram muita ênfase na formação continuada. Os demais funcionários, sendo os de apoio nos serviços gerais, não tinham conhecimento sobre o documento, os que se arriscavam a responder e de modo oral, pois recusaram o questionário escrito, ressaltavam que era algo da escola.

Por conseguinte, diante da necessidade de reformulação do documento, identificado pela pesquisadora, em acordo com a coordenação da instituição, buscamos junto à direção escolar e a Secretaria de Educação organizar um cronograma de estudos, discussões, avaliações do documento e desenvolver a reconstrução de modo democrático, tendo a participação de todos. Contudo, foi desconsiderada a necessidade da participação dos demais funcionários e da comunidade escolar, sendo alegado pela Secretaria de Educação e direção que tais pessoas não teriam interesse e possibilidade de participar, visto que até mesmo os professores não demonstravam atenção para o documento e que não poderiam ser cobrados por tal prática.

Discordamos de tal afirmação, tendo como base as considerações de Veiga (2003, p.15) de que a autonomia da escola não está na dependência e na execução das políticas dos órgãos centrais e intermediários, mas na liberdade de executar, avaliar e refletir sobre as funções sociopolíticas e culturais da escola na concepção do seu Projeto Pedagógico.

Porquanto, enquanto pesquisadora em consenso com a coordenação, pedimos autorização da Secretaria de Educação e da direção da instituição, procuramos orientações junto ao Núcleo Regional, informamos a APMF

(Associação de Pais Mestres e Funcionários), o Conselho Escolar e os professores da necessidade de reformular o documento. Por conseguinte, elaboramos um cronograma de estudo para os horários da “Hora Atividade”⁴ do professor, entretanto, o estudo não ocorreu, a maioria dos professores não realizaram a leitura, alguns nem se aproximaram do documento que ficou disponibilizado na sala dos professores. Havia professores que ao terminar o planejamento buscavam afazeres alheios ao ambiente escolar ignorando o que foi proposto. Todavia, procuramos continuar com a organização, incentivando sempre que possível. Com o término do prazo para os estudos do Projeto Político Pedagógico da instituição, marcamos reuniões e grupos de estudos para as discussões que se fizessem necessárias, como esperado, somente os professores compareceram.

De início as discussões foram proveitosas, porém percebemos que a participação em sua maioria advinha dos professores recém-formados, que estavam na instituição há pouco tempo. Os professores mais antigos, raramente opinavam, aparentavam dificuldades de argumentação ou não demonstravam interesse.

Diante dos estudos que particularmente realizamos, pudemos conduzir as discussões, pois consideramos fundamental um momento para exposição do trabalho que está sendo realizado, discutindo o que foi significativo e o que requer mudanças, favorecendo a troca de experiências entre os profissionais, possibilitando ações e práticas institucionais e pedagógicas adequadas que promovam a qualidade do ensino e da aprendizagem.

Contudo, percebemos que o desinteresse de alguns professores contribuíram para a desmotivação do grupo, fazendo com que as discussões se dispersassem e que os encontros para o grupo de estudos finalizasse, mesmo com mais da metade do documento sem ser discutido.

Mediante o ocorrido entendemos que há uma contradição entre a fala e a prática quanto à importância do Projeto Político Pedagógico para a Educação Infantil. Do mesmo modo, percebemos que a falta ou a inadequada formação

⁴ Hora Atividade é a nomenclatura utilizada para a carga horária reservada às Educadoras como momento de planejamento semanal. As horas reservadas para o planejamento das atividades são de 20% para os professores das crianças de 0 a 3 anos e de 26% e 30% para as professoras das crianças de 4 e 5 anos. As diferenças se dão devido à carga horária dos professores que são de 20, 30 e 40 horas semanais.

inicial e continuada dos professores, em especial os mais antigos resulta na desconsideração quanto a um trabalho pedagógico baseado nas orientações de um documento norteador. Não obstante, observamos que a ausência da participação efetiva dos professores, funcionários e da comunidade na perspectiva de gestão democrática colabora para desvalorização do documento. Conseqüentemente, os fatores demonstrados, finda por corromper o grupo, que se desmotiva pelo desinteresse dos demais.

Os professores nunca viram seu conhecimento específico devidamente reconhecido. Mesmo quando se insiste na importância da sua missão, a tendência é sempre para considerar que lhes basta dominar bem a matéria que ensinam e possuírem um certo jeito para comunicar e lidar com os alunos. O resto é dispensável. Tais posições conduzem inevitavelmente, ao desprestígio da profissão, cujo saber não tem qualquer “valor de troca” no mercado acadêmico e universitário. Se levarmos esse raciocínio até ao fim, deparemos - nos com um curioso paradoxo: “semi – ignorantes”, os professores são considerados a pedras-chaves da nova “ sociedade do conhecimento”. A mais complexa das atividades profissionais, é assim, reduzida ao estatuto das coisas simples e naturais [...] (NÓVOA, 2002, p. 12).

Destarte, mesmo em tempos de grandes discussões sobre a valorização da Educação Infantil no país, ainda há o pensamento de que aos profissionais é suficiente uma formação primária, seja adequada ou não, mesmo porque para cuidar das crianças pequenas os conhecimentos sociais já são satisfatórios, sendo somente necessário um pouco mais de instrução e não de formação aos que vão educar. O que colabora para o descaso quanto à qualidade do ensino tendo como base um documento orientador com vista para a formação continuada.

Essas duas concepções de serviço: cuidar e educar, estão relacionadas com a formação inicial da professora, uma vez que se exige pouca ou nenhuma formação para aquela que somente cuida, e exige -se uma formação de maior qualidade para aquela que educa. Em ambos os casos, tanto uma modalidade de atendimento quanto a outra, deixam a desejar, pois, ao priorizarem um aspecto em detrimento do outro, não desenvolvem uma proposta de trabalho integrado junto à criança pequena (PASCHOAL; AQUINO, 2007, p.193)

Na perspectiva, salientamos que os posicionamentos apresentados evidenciam uma postura cultural que persiste em disseminar o pensamento

assistencialista da Educação Infantil, desconsiderando a formação inicial apropriada, a formação continuada, os estudos e pesquisas de documentos que possam direcionar a prática pedagógica e conseqüentemente o ensino e a aprendizagem de qualidade. Oliveira (2012, p. 224) destaca que a formação profissional do educador da Educação Infantil é um processo cultural que se fundamenta na concepção de cuidado naturalizado, por meio parental e materno, gerando uma atuação leiga e predominantemente feminina.

Consideramos que a visão de proporcionar assistência e não de educar ainda enraizada no pensamento de alguns educadores infantis pode explicar a desconsideração dos professores mais antigos quanto à reformulação do Projeto Político Pedagógico. Para tanto, é necessário que na formação inicial do educador infantil esteja pautada que as ações de cuidar e educar são o objetivo educativo da Educação Infantil, sendo que, para tais ações é fundamental a formação continuada baseada em um documento norteador.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos e observações referentes à construção coletiva do Projeto Político Pedagógico para a Educação Infantil apresentaram-se como um desafio. A princípio, pela impassibilidade dos gestores quanto à intencionalidade do documento, considerando que as discussões se instituíram espaço de estudo, de partilha de experiências, de reflexão da prática pedagógica e de aprendizagem frente à qualidade da educação.

Seguimos com outro desafio, a desconsideração dos professores mais antigos na reformulação do Projeto, do mesmo modo que a desmotivação dos professores mais novos, vinculados na maioria das vezes pela inadequada formação inicial e a ausência da formação continuada. Todavia, os desafios se perpetuam quando o discurso não coincide com a prática, se consolidando na cauterização do conhecimento. Pontuamos que efetivar a gestão democrática se caracteriza em um desafio ainda maior, quando deparados com os pontos apresentados.

Contudo, afirmamos que os estudos, as pesquisas e as observações nos oportunizaram constatar a relevância da formação continuada para o processo de construção do Projeto Político Pedagógico. Enfatizamos que analisar,

discutir e reformular o documento de modo coletivo considera a gestão democrática. Apontamos que o Projeto é norteador da prática pedagógica na Educação infantil, pois declara a intencionalidade referente à formação humana.

Esperamos que as reflexões apresentadas no estudo possam contribuir para a ampliação das discussões acerca do Projeto Político Pedagógico como documento orientador para a Educação Infantil, da mesma forma que contemple a relevância da gestão democrática, considerando que a qualidade do ensino depende da construção coletiva.

Referências

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acesso em: 07 de Abril de 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 07 de Abril de 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Gestão escolar Democrática: A perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia – GO**. Goiânia. Alternativa, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do Projeto Pedagógico**. Cadernos Educação Básica – O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP. 1994.

_____. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

_____. **Projeto político pedagógico da escola: fundamentos para a sua realização**. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. 5. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

KRAMER, Sonia. **Profissionais de Educação Infantil**. Gestão e Formação. São Paulo. Ática. 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola**. In: LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola - teoria e prática*. 4ª ed. Goiânia: Alternativa. 2001

LOPES, Noemia. **Publicado em Gestão Escolar**. Edição 011, Dezembro 2010/ Janeiro 2011. Título original: PPP na prática. Disponível em: <http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml>. Acesso em: 01 de maio de 2016.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa/Portugal: Educa. 2002.

OLIVEIRA, Zilma de M. Ramos. **Diretrizes para a formação de professores de educação infantil**. In: Rev. Pátio Educação Infantil. Ano 1, nº 2, agosto/novembro. 2003.

_____. **Formação e profissionalização de professores da educação infantil**. Veras. Revista acadêmica de Educação do ISE.Vera Cruz. V. 2. N. 2. 2012

PASCHOAL, J.D.; AQUINO, O.R. **Reconstruindo caminhos e processos relacionados à formação de professoras para a Educação Infantil**. In. PASCHOAL, Jaqueline Delgado (Org.). Trabalho pedagógico na Educação Infantil. Londrina. Humanidades, 2007. p. 191 -197.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**. Campinas. Papyrus, 1995.

_____. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 2ª. ed. Campinas. Papyrus. 1996.

_____. **Escola Espaço do projeto político pedagógico**. 7ª Ed. Papyrus, 2002.